

TERRORISMO E LIBERDADE

(A SOCIEDADE INSEGURA)

ADRIANO MOREIRA

Presidente do Instituto de Altos Estudos
da Academia das Ciências de Lisboa
Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa

Subitamente, depois do 11 de Setembro que muitos interpretaram como tendo marcado o início de uma nova época histórica, o terrorismo assumiu uma proeminência, como que directiva, no que respeita à percepção da conjuntura pela opinião pública mundial, à temática da segurança e defesa dos Estados e das Alianças, à reorganização das directivas teóricas sobre a evolução da governança do globalismo.

Os EUA, quer porque foram os atingidos pelo inesperado ataque de um poder atípico, a Al Qaeda, sem território, sem povo, sem conceito estratégico assumido, mas capaz de ferir o sistema de segurança e defesa da maior potência mundial, quer porque o facto obrigou a rever toda a conceptuologia da acreditada supremacia estratégica, da garantia oferecida pelo conceito de guerra cirúrgica apoiada numa tecnologia sem precedente, procederam a uma rapidíssima avaliação dos paradigmas em vigor, e influenciaram inevitavelmente

o pensamento dos países que se assumiram mais visados por esta inesperada forma de ataque – o terrorismo.

Sem tentar seriar as várias tentativas no sentido de estabelecer um conceito operacional de terrorismo, que servisse de ponto de referência convergente às instâncias desafiadas a elaborar uma estratégia de resposta, julgo possível e suficiente assentar, para fins de exposição, na seguinte formulação: trata-se de uma acção violenta que, pela intencional destruição de vidas de inocentes, homens, mulheres e crianças, e pela destruição indiferente de bens com alto valor económico ou simbólico, procura quebrar a *relação de confiança interna* da sociedade civil, e da *relação de confiança* da sociedade civil como o Estado.

Infelizmente, esta prática também tem precedentes vários na história dos ocidentais, e basta recordar que o UK Prevention of Terrorism Act de 1976, definiu este como “uso da violência para fins políticos”, incluindo “qualquer uso da violência com o objectivo de colocar a população ou parte dela em situação de medo”.

Esta definição, em que o elemento do medo é o mais significativo, não exclui que seja uma arma do Estado em relação aos seus próprios cidadãos. Recorde-se

que Robespierre afirmou o seguinte: “dizem que o terrorismo é o recurso do governo despótico. Será despótico o nosso governo? Sim, porque a espada que brilha na mão do herói da liberdade é como aquela de que estão armados os satélites da tirania... O governo da Revolução é o despotismo da liberdade contra a tirania”.

O que daqui se conclui é que o terrorismo, em qualquer das suas titularidades assumidas, se autojustifica pela doutrina do *consequencialismo*, isto é, como fariam Estaline e Hitler, considerando os meios justificados pelos fins, e esta atitude não está ausente do terrorismo de 11 de Setembro.

A invocação de valores religiosos a implantar faz parte da teoria da justificação, e por isso a identificação terrorismo-islamismo se tornou mediática, mas a originalidade é mais complexa.

Não se tratou de uma libertação social em nome da justiça da comunidade a que pertence o interventor violento, como se verificou na América Latina; nem da libertação anticolonial, como se passou com vários impérios ocidentais; nem da liquidação de dirigentes políticos num conflito entre minorias – maiorias, de que os EUA tinham memória recente.

A acção de 11 de Março teve em vista a hierarquia mundial dos poderes soberanos, e por isso visou a potência líder, visou a área ocidental que deteve a sede do império euromundista que ruiu no século passado, mas deixou memória viva do passado domínio colonizador e da solidariedade com a potência americana; fez da *liquidação de inocentes*, pelas razões já mencionadas, o elemento essencial da tática; mantém silêncio sobre o objectivo estratégico de cuja realização derivaria a paz; organiza-se em rede, cujos elementos gozam de uma autonomia que permite absorver os desaires sem perda de iniciativa e eficácia.

Além do efeito procurado de quebrar a confiança interna da sociedade civil, e desta com o poder político em exercício, o 11 de Setembro teve de imediato um efeito colateral, certamente não previsto, que foi o de afectar a estrutura estratégica de segurança ocidental, com expressão principal na NATO.

Esse efeito pode resumir-se na adesão ao unilateralismo por parte da Administração republicana do Presidente George W. Bush. Já na Administração Reagan, e na sequência da queda do Muro de Berlim em 1989, a doutrina do *fim da história* de Fukuyama fez acreditar num mundo submetido à Democracia de

modelo americano, à concepção dos Direitos do Homem de Filadélfia, e à teologia americana de economia de mercado mundializada. Perfilou-se uma corrente neo-conservadora, segura da distinção entre o Bem e o Mal, com nomes de reputação como Paul Wolfowitz, Richard Perle, Robert Kagan, que apoiaram uma espécie de renovação da política do *Big Stich*, agora mundializada com firmeza e benevolência, proclamada responsabilidade da *nação indispensável* a que pertencem.

O tremendo golpe de 11 de Setembro pareceu legitimar, com esse conceito, para responsáveis no governo como o vice-presidente Cheney, o secretário da defesa Donald Rumsfeld, ou o responsável pela informação Douglas Feith, o recurso à *mentira real* de que falou Platão, com a expressão maior nas falsas evidências da posse pelo Iraque de armas de destruição maciça, abuso que envolveu o desempenho lastimável do Herói nacional General Colin Powell no Conselho de Segurança da ONU. Este unilateralismo implicou a divisão dos ocidentais no Conselho de Segurança quando a II Guerra do Iraque foi decidida por Bush, a divisão consequente no Conselho da NATO, a divisão no Conselho Europeu, um efeito colateral de largo espectro.

O efeito negativo no prestígio americano certamente foi mais severo do que o resultante do desastre do Vietname, a sua legitimidade foi debilitada, a credibilidade enfraquecida, as forças armadas atingidas no capital de confiança, a economia perturbada antes de ser atingida pelo desastre do sistema financeiro em curso. Todos, o povo americano e de modo geral os povos atingidos pela aventura da luta contra o *eixo do mal*, a partir da assumida *mentira real*, manifestam a esperança de verem agora o novo Presidente Obama regressar ao multiculturalismo, esperança acompanhada por um frequente apelo à transcendência.

Tínhamos, sobretudo no mundo ocidental, e particularmente depois do fim da Guerra-Fria que os ocidentais assumiram, talvez erradamente, ter ganho, um clima de esperança, de confiança, de progresso humano sustentado e programado para ter reflexos positivos nas áreas mais desfavorecidas do mundo. A luta pelos direitos humanos ganhou consistência, casos como os do Darfour, do Tchad, do Corno de África, ou, para simplificar, o panorama de carências que cada ano é traçado pelos Relatórios do PNUD, não impediam a confiança, não afectavam a vontade, não debilitavam a esperança de conseguir efectivar a política que Kofi Annam definiu e impulsionou no ano 2000 com a Cimeira do

Milénio, incluindo a criação de um Conselho de Direitos do Homem destinado a reforçar e credibilizar a confiança nas proclamações fundadoras da ONU.

Os factos, nesta viragem do Milénio, perfilam-se desafiantes em relação à viabilidade, pelo menos a curto prazo, de todas as promessas, de todas as esperanças, de todas as ilusões.

A impotência dos EUA e dos seus aliados no Iraque (Relatório Baker-Hamilton) e no Afeganistão, o desastre da cimeira de Annapolis (2007) para fazer avançar a paz na Palestina, desafios como os de Hugo Chavez, a obrigatória prudência no diálogo com a China, é evidente que acompanham uma crise de leadership que não é rapidamente remediável.

Por seu lado a Europa, envolvida seriamente no desastre financeiro que se iniciou nos EUA, tem de assumir a sua dependência de matérias-primas, de energia, de mão-de-obra, e de reservas estratégicas alimentares, e medir a sua capacidade de intervenção pelas distâncias que uma literatura crítica refere a Marte e a Vénus.

Por seu lado, os apoios ao *desenvolvimento humano sustentado*, que orientou o PNUD, e tantas das ONG's confiáveis deram por adquiridos, estão longe de ter o apoio e a consistência que foram supostos, pelo que os direitos humanos, por essas vastíssimas áreas carentes, vão encontrar notícias sombrias no próximo Relatório do PNUD: alimentação, saúde, instrução, mortalidade, tráfico de pessoas, genocídios, guerras por procuração, tráfico de armas, abuso das crianças soldados, droga, pirataria, desafiam severamente as limitadas capacidades dos países que se consideram ricos e ainda exprimem no G-8 a convicção de uma liderança efectiva, ainda que sem consagração legal.

Pelo Norte do mundo, que os maoistas consideraram a cidade Planetária, afluyente e consumista, a substituir o músculo pela máquina e a memória pelo computador, o desastre financeiro veio acrescentar a expropriação das poupanças, executada em estilo do Pirata de Espronceda, ao desemprego que em ritmo de peste negra agrava o descontrolo das imigrações, recebidas em regime de teologia de mercado, sem política de acolhimento, sem política de integração, sem política de assimilação, criando um multiculturalismo anárquico onde o terrorismo faz colheita de pequenos grupos fanáticos que afectam a confiabilidade de milhões de homens que vieram para ficar: acontecimentos

gravíssimos de Paris e Atenas, referências cimeiras da cultura ocidental, advertem para que nenhum país ocidental está preservado.

A antiga invenção do Estado procurou servir os valores da justiça, da segurança, da liberdade, isto é, dos direitos humanos que ao longo de séculos, traçando batalhas nem sempre apenas doutrinárias, ganharam em rigor de definição e sustentabilidade. A *sociedade de confiança* foi uma criação dessa saga ocidental, que somou heranças judaico-cristãs, gregas e romanas, e cuja história não pode negar a proeminência directiva dos teólogos-juristas que estiveram nos alicerces do direito internacional. Uma sociedade de confiança que por isso não espera senão intervenções ocasionais do Estado para punir as violações ocasionais, visto que nenhum Estado resiste à desobediência generalizada.

As circunstâncias da entrada no III Milénio obrigam a reconhecer que, entre todos os factores que tornam problemáticas as ordens jurídicas internas e internacionais, está a quebra de *confiança*, esse alvo central da estratégia do terrorismo, que em todo o caso não é a única causa dessa quebra.

De facto, a surpreendida evolução dos ocidentais, anotada por homens como Aron, Albreight, e Marcuse, para sociedades afluentes, consumistas, e alienadas

no progresso da ciência e da técnica, não apenas debilitou as funções do Estado com abuso do conceito de menos-Estado e melhor-Estado, como anarquizou a escala de valores que presidiu à estrutura democratizante dos ocidentais.

Na relação Sociedade-Estado, os valores da devoção ao interesse público, ao lema de servir com a estabilidade do ofício compensadora das retribuições limitadas, cederam à comparação com os estatutos das carreiras empresariais, à consideração do triunfo económico como mais dignificante e compensador do que o serviço público, e também mais eficaz de métodos e resultados.

As escalas de valores foram contaminadas, o resultado não foi sempre um somatório das virtudes, a circulação de pessoas do serviço público para as redes privadas atingiu a confiança da relação entre a sociedade civil e o Estado. Lembremos que a democracia foi um regime organizado para justamente impedir a desconfiança nessa referida relação: dividiu os poderes em legislativo, executivo, e judicial, para evitar a desconfiança no poder concentrado nas mãos de um soberano absoluto; estabeleceu eleições periódicas para impedir que a longa permanência no poder semeasse a desconfiança na relação com os eleitores; reservou à consulta popular obrigatória temas considerados

estruturantes da sociedade civil; organizou entidades reguladoras, fora da competição política, para assegurar a equidade dos processos.

A soma de factores negativos, de que alguns deles ficaram enumerados, traduziu-se numa geral desconfiança nas sociedades ocidentais: os melhores não procuram as funções políticas de que não ambicionam um prestígio sem proveito; a justiça não responde às exigências de uma sociedade civil atingida pelo multiculturalismo anárquico, pelo desemprego galopante, pela insuficiência de prestação dos serviços públicos, pelo enfraquecimento da área ocidental carente de matérias-primas, de energia, de reservas estratégicas alimentares, pelas deficiências das instâncias reguladoras, pelos novos pobres.

O *alicerce da confiança* foi atingido nas sociedades ocidentais, confiança nas relações civis, confiança nas relações da sociedade civil com o Estado, confiança dos Estados na ordem internacional, e sem a integridade da confiança não existe segurança dos direitos, nem esperança no desenvolvimento sustentado, nem firmeza no eixo da roda que são os valores.

E aqui está porventura a mais desafiante e inquietante das circunstâncias em que nos encontramos na entrada no III Milénio. A globalização, tão frágil perante o

terrorismo global, implicou com a vigência de alguns conceitos fundamentais da cultura ocidental: a soberania absoluta evoluiu para necessariamente cooperante ou funcional, facto sobre o qual a Europa em crise de quando em vez hesita, e sobre a qual os EUA se enganaram ao optar pelo unilateralismo; as fronteiras sagradas tenderam para apontamentos administrativos em vista da livre circulação de capitais, mercadorias e pessoas; a correspondência do povo a uma *Nação* foi sendo atingida pelo multiculturalismo anárquico, que tece uma primeira exigência defensiva com o juramento da aceitação dos valores constitucionais; nestes, a cidadania deixou de ser apenas uma relação entre a pessoa e o Estado, para se dividir em deveres para com o grande espaço (como a União Europeia) e deveres para com a Humanidade.

A exigência de reorganizar as estruturas foi sobretudo respondida por soluções tecnocráticas, por vezes inspiradas mais pela imaginação do que pelo saber, levando por exemplo a que o modelo de sociedade europeia proposto seja o de uma sociedade da informação e do saber (Delors). Faltou começar pela *sabedoria*, isto é, pela necessária atenção aos valores, e antes de mais à escala de valores ocidentais, europeus, muitos deles mundializados, os quais são o património imaterial herdado de séculos de história.

Ao contrário dos EUA, onde os poderes políticos nunca deixam de pedir a bênção de Deus para o seu povo, o projecto de Constituição europeia, agora mais modestamente chamado Tratado de Lisboa, definitivamente recusa invocar os valores religiosos inscritos nos seus alicerces, embora os poderes políticos estejam a enfrentar o regresso à obrigação de se assumirem como responsáveis por três religiões principais, sem contar com as múltiplas formas de apelo à transcendência que cresceram.

O relativismo recebeu um acolhimento que se afasta da tolerância, para aceitar com validade tudo o que acontece, pela admitida prova de ter acontecido. Responsáveis raros, como acontece neste domínio com o Presidente da França Nicolas Sarkozy, assumem que a relação entre Estado, Religião, e Justiça, é um dos primeiros desafios que a nova governação tem de enfrentar.

O regresso à convicção de que cada homem é um fenómeno que não se repete na história da Humanidade, e nisso reside o seu valor inviolável, procura a luz ao fundo do túnel do relativismo, que restaure os limites e as obrigações do tecido, violado, da sociedade de confiança.